



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS PRÓ-REITORIA DE
PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 17/2022, QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM E A FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO IFAM-FAEPI.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - com sede na Rua Ferreira Pena, nº 1.109, Centro, CEP – 69025-010, na cidade de Manaus/AM, inscrito no CNPJ: 10.792.928/0001-00, neste ato representada pelo seu Pró-Reitor de Planejamento e Administração Senhor: ADANILTON RABELO DE ANDRADE, nomeado pela Portaria nº 1.174-GR/IFAM, de 17 de setembro de 2021, publicada no DOU 20 de setembro de 2021 de portador da matrícula funcional nº 1801810, com competência delegada por meio da Portaria 418 – GR/IFAM, de 07/03/2019 doravante denominada CONTRATANTE, e a FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO IFAM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.623.300/0001-88, com sede na Av. João Valério, nº 282, Sala 06 – Bairro: São Geraldo, Manaus/AM, CEP: 69053-358, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por sua Diretora Geral, a Sra. Luana Marinho Monteiro, residente e domiciliado na nesta cidade, na Rua 22, nº 1, QD. A-26, Cj. Jardim Versalles II – Bairro: Planalto, cujo processo n. 23443.020115/2022-21 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, Lei nº 8.958, de 20 de Dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 08/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – O objeto do presente instrumento é a contratação direta, por tempo determinado, de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada com a finalidade de dar apoio a projetos de Pesquisa, Ensino, Extensão e de Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico, e de estímulo à Inovação, para prestação de serviços, de apoio administrativo e gestão financeira, ao IFAM na execução do projeto de execução do TED Nº 11.466/2022 para custeio de ações junto ao Projeto Maloca Acessível aquisição de materiais, software, e contratação de recursos humanos necessários ao apoio administrativo e logístico ao Núcleo de Tecnologia Assistiva do Instituto Federal do Amazonas (APOEMA/IFAM) para Rede Federal de Educação Tecnológica do Amazonas.

1.2 - Este Termo de Contrato vincula-se ao Projeto Básico da Dispensa de Licitação n. 08/2022.

1.3 - Objeto da contratação:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



ITEM	DESCRIÇÃO	VALORES
1	Aquisição de equipamentos e material permanente., conforme especificações e quantidades descritas no Apêndice A.	R\$31.128,56
2	Serviços de licença para uso de software e aquisição de cartão de memória, conforme especificações e quantidades descritas no Apêndice A.	R\$ 4.100,00
3	Reformular, selecionar e contratar a equipe de execução e gestão do projeto, com apoio da FAEPI, conforme especificações e quantidades descritas no Apêndice A.	R\$ 192.397,16
4	Apresentação de 1.800 unidades distribuídas entre 6 obras didáticas e/ou paradidáticas acessíveis a serem distribuídas na Rede Federal.	R\$ 50.400,00
5	Custos indiretos referente a execução integral pela Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização do IFAM (CNPJ: 04.623.300/0001-88).	R\$ 30.981,75
Total		R\$ 308.917,47

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Projeto Básico, com início na data de assinatura e encerramento em **12 meses**, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 - O valor total da contratação é de R\$ 308.917,47 (trezentos e oito mil novecentos e dezessete reais e quarenta e sete centavos).

3.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022. Conforme classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26403/158142



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



Fonte: 8100915082

Programa de Trabalho: LPP23P0102N

Elemento de Despesa: 339039

4.2 - No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 - O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico, neste instrumento e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.2 - O valor contratado é fixo e irrevogável.

5.3 - O pagamento será efetuado no prazo de 30 dias, a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura ao servidor/setor competente da Contratante, que atestará a sua conformidade com o Relatório de Serviços a que se refere o item seguinte.

5.4 - O Relatório visa a comprovar a efetiva prestação dos serviços de acordo com o estabelecido no presente contrato e deverá ser encaminhado à Contratante, para a devida análise e aprovação, previamente à emissão da Nota Fiscal/Fatura.

5.5 - Na hipótese de não estar a Nota Fiscal/Fatura em conformidade com o Relatório de Serviços, será procedida a sua devolução à Contratada para as devidas correções, contando o prazo para pagamento a partir de sua reapresentação.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 - As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1 - O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Projeto Básico.

8.2 - Os serviços ora contratados reger-se-ão pelas seguintes condições:

8.2.1 - É vedado à Contratada subcontratar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados.

8.2.2 - É vedado à Contratada que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

8.3 - São obrigações da Contratada:

8.3.1 - Prestar os serviços na forma e condições definidas no presente instrumento, responsabilizando-se pela



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - REITORIA DE
PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



sua perfeita e integral execução;

8.3.2 - Responsabilizar-se pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições e outros encargos porventura devidos em decorrência da presente contratação, apresentando os respectivos comprovantes ao setor competente da Contratante;

8.3.3 - Responsabilizar-se pela contratação, fiscalização e pagamento do pessoal porventura necessário à execução do presente contrato;

8.3.4 - Aplicar no mercado financeiro, por meio de instituições oficiais, os recursos administrativos com base no presente instrumento, devendo posteriormente empregá-los, junto com o respectivo rendimento, exclusivamente na execução do projeto, desde que autorizado pelo órgão concedente;

8.3.5 - Restituir à Contratante, através de GRU, ao final do contrato, se for o caso, eventual saldo remanescente, monetariamente corrigido e acrescido dos rendimentos percebidos, mediante depósito na Conta Única do Tesouro Nacional/IFAM.

8.3.6 - Responder pelos prejuízos causados à Contratante, em razão de culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;

8.3.7 Respeitar e fazer com que seu pessoal cumpra as normas de segurança do trabalho e demais regulamentos vigentes nos locais em que estiverem trabalhando.

8.3.8 Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora da Contratante, atendendo prontamente às solicitações por ela apresentadas;

8.3.9 responsabilizar-se pela guarda dos documentos relativos ao presente instrumento;

8.3.10. observar rigorosamente o disposto no Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014, no que tange à aquisição de serviços, materiais e equipamentos necessários à execução do Projeto;

8.3.11. transferir, de imediato, à Contratante, a posse e uso dos materiais de consumo e bens duráveis adquiridos para execução do projeto;

8.3.12. formalizar doação à Contratante, sem qualquer encargo, dos bens duráveis, imediatamente à sua aquisição;

8.3.13. ressarcir à Contratante no caso de uso de bens e serviços próprios da instituição apoiada, para execução do projeto;

8.3.14. solucionar, judicialmente ou extrajudicialmente, quaisquer litígios com terceiros, decorrentes da execução deste contrato. Na hipótese de a Contratante ser condenada subsidiariamente, caberá a esta direito de regresso contra a Contratada;

8.3.15. apresentar prestação de contas em até 30 dias após o término da vigência contratual, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 3º, da Lei 8.958/94;

8.3.16. sem prejuízo da prestação de contas final prevista na cláusula anterior, havendo prorrogação da vigência contratual, apresentar prestação de contas parcial, referente à execução do objeto do contrato e à utilização dos recursos disponibilizados no período inicialmente acordado.

8.4. São obrigações da Contratante:

8.4.1. expedir as Ordens de Serviço necessárias à execução das atividades previstas no Projeto;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



8.4.2. disponibilizar os recursos para a execução do Projeto, em conformidade com as Ordens de Serviço de que trata o item anterior;

8.4.3. acompanhar e fiscalizar a execução físico-financeira do projeto apoiado;

8.4.4. receber os serviços ora contratados, após o cumprimento da obrigação:

8.4.4.1. provisoriamente, por meio do responsável, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da Contratada sobre o término do serviço;

8.4.4.2. definitivamente, em até 90 dias, nos termos da alínea “b”, do inciso I, do art. 73, da Lei nº 8.666/93.

8.4.5. elaborar relatório final, nos termos do § 3º, do art. 11, do Decreto nº 7.423/2010.

8.5. O prazo de execução dos serviços será de até 12 meses, com início a partir de 31 de dezembro de 2022, e cronograma físico-financeiro na forma que segue:

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO					
Metas	Descrição	Unidade Medida	QTD	Início	Fim
Meta 1	Estruturar o centro de referência para acessibilidade do IFAM. (DESPESAS DE CAPITAL).	Und	1	01/03/2023	31/12/2023
Produto	Aquisição de equipamentos e material permanente, conforme especificações e quantidades descritas no Apêndice A.	Und	1	01/03/2023	31/12/2023
Meta 2	Estruturar o centro de referência para acessibilidade do IFAM (DESPESAS CORRENTES).	Und	1	01/03/2023	31/12/2023
Produto	Serviços de licença para uso de software e aquisição de cartão de memória, conforme especificações e quantidades descritas no Apêndice A.	Und	1	01/03/2023	31/12/2023
Meta 3	Inserir recursos de acessibilidade em materiais didáticos e/ou paradidáticos (BOLSAS).	Bolsas	1	01/02/2023	31/12/2023
Produto	Reformular, selecionar e contratar a equipe de execução e gestão do projeto, com apoio da FAEP, conforme especificações e quantidades descritas no Apêndice A.	Bolsas	1	01/02/2023	31/12/2023
Meta 4	Inserir recursos de acessibilidade em materiais didáticos e/ou paradidáticos (OBRAS).	Und	1.800	01/03/2023	31/12/2023
Produto	Apresentação de 1.800 unidades distribuídas entre 6 obras didáticas e/ou paradidáticas acessíveis a serem distribuídas na Rede Federal.	Und	1.800	01/03/2023	31/12/2023
Meta 5	Contratação de Fundação de Apoio regida pela Lei nº 8.958/94 para gestão administrativa e financeira do projeto (CUSTOS INDIRETOS).	Serv.	1	01/12/2022	28/12/2022
Produto	Custos indiretos referente a execução integral pela Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização do IFAM (CNPJ: 04.623.300/0001-88).	Serv.	1	01/12/2022	31/12/2023
10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					
MÊS/ANO					
Dezembro /2022 a 30.11.2023 (100,00% do valor pactuado)					
TOTAL					

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 - As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPENSA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

10.1 - O presente contrato é firmado com dispensa de licitação, nos termos do inciso XIII, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, combinado com o artigo 1º, da Lei nº 8.958/94, vinculando-se ao Processo de Dispensa de Licitação nº 08/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



12.1 - As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

13.1 - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico.

13.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1 - balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 - relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 - indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES

14.1 - É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e combinado com o artigo 1º, da Lei nº 8.958/94 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 - O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Manaus - Justiça Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS ANEXOS

19.1 – O presente termo de contrato terá como anexos o Projeto Básico e o Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada n. 11.466.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Manaus, 30 de dezembro de 2022.

IFAM

Adanilton Rabelo de Andrade

FAEPI

Luana Marinho Monteiro

TESTEMUNHAS

Nome

Deborah Barboza Azevedo
Siape 2241289

Nome



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONTRATO Nº 1/2023 - PROT/REITORIA (11.01.01.05.01.02.05.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Manaus-AM, 04 de Janeiro de 2023

Scan_20230104_143140.pdf

Total de páginas do documento original: 7

(Assinado digitalmente em 04/01/2023 14:40)

DEBORAH BARBOSA AZEDO

SECRETARIO

2241289

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/>
informando seu número: **1**, ano: **2023**, tipo: **TERMO DE CONTRATO**, data de Assinatura: **04/01**
/2023 e o código de verificação: **53c7725245**